

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: MME deve acelerar mudanças de modernização do sistema elétrico	2
Título: Leilão de energia para Roraima será em 31 de maio	3
Título: Consumo de gás natural dá sinais de recuperação.....	4
Título: Diesel segue com defasagem, dizem importadores	5
Título: Nos grupos de WhatsApp, verdades e mentiras entre críticas e (poucos) elogios	7
Título: Passivo jurídico volta a preocupar grandes empresas de grãos.....	10
Título: Contexto.....	11
Título: Solatio planeja maior parque solar do Brasil no sertão de Pernambuco	12
Título: Destaques	14
Título: Grande volume de cana pode favorecer açúcar	15
Título: Temporada passada foi mais "alcooleira", confirma Conab.....	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Nova vitória do cartel do frete.....	17
Título: 'Reforma é matemática, não ideologia'	19
Título: Direção de Itaipu cancela R\$ 42 milhões em patrocínios	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Engenheiro da Vale diz que riscos de barragem eram conhecidos	22
Título: Portas abertas	23
VEÍCULO: O Globo.....	24
Título: Preço da gasolina na refinaria sobe 30,9% no ano	24
Título: Faltando com a verdade	25
Título: Wilson Witzel e a Maldição do petróleo.....	26

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	26
	Título: CEB aposta em novas fontes de energia.....	26
	Título: Vamos levar a CEB a um futuro promissor	28

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: MME deve acelerar mudanças de modernização do sistema elétrico

O grupo de trabalho criado pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)** no início deste mês para elaborar propostas para a modernização do setor elétrico terá 180 dias para concluir os trabalhos, mas medidas infralegais pontuais devem ser implementadas ao longo dos próximos meses, a fim de acelerar mudanças que não exigem alterações legais, disse Ricardo Cyrino, secretário de energia da pasta, em entrevista ao **Valor**.

O diálogo com o setor é regra no processo de modernização. "Temos estudado tudo que foi feito", disse o secretário, lembrando que as conversas sobre o tema começaram em 2015, quando veio o projeto de lei da portabilidade da conta de energia. Em 2016 foi feita uma consulta pública sobre abertura do mercado livre e, em 2017, foi lançada a consulta pública 33, que discutiu exaustivamente a reformulação do modelo do setor elétrico.

"O grupo de trabalho vai olhar tudo que já foi discutido, através de diálogo, e vamos aproveitar o que foi feito, sem partir do zero. Queremos assegurar que todas as soluções e propostas pensadas tenham consistência e que sejam tratadas com a devida profundidade."

O grupo de trabalho terá 110 dias para elaborar um diagnóstico sobre o que será feito, mas medidas podem ser tomadas antes disso. "É claro que se tivermos diagnósticos intermediários poderemos agir antes" disse o secretário. "Temos objetivos de longo prazo e medidas infralegais que podemos fazer antes por meio de resoluções e decretos. Estamos fazendo um mapeamento do que pode ser feito no curto prazo de forma consistente", disse. Um exemplo são dois decretos publicados pelo MME, um no ano passado e um neste ano, que

vão reduzir os subsídios concedidos à consumidores rurais e irrigantes na conta de luz.

As discussões envolverão também os responsáveis por entidades ligadas ao governo como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Eles também estiveram ontem num workshop realizado pelo MME com a presença de representantes de empresas, associações e entidades do setor elétrico. O encontro teve a finalidade de explicar o funcionamento do grupo de trabalho, que foi dividido em dez temas, como viabilização da expansão da oferta, mecanismos de formação de preços, isenção de novas tecnologias e abertura do mercado livre de energia.

"Temos alguns macrotemas que serão aprofundados", disse Cyrino. O MME fez uma reunião inicial com representantes das muitas associações do setor elétrico em janeiro e, posteriormente, o secretário de energia se reuniu 28 vezes de forma individual com cada uma delas, a fim de conseguir evoluir nas conversas e abordar mais temas.

Antes do workshop de ontem, o ministério fez ainda uma pesquisa, na qual enviou 60 perguntas para as empresas de energia incluindo questões como acabar com a exigência de as distribuidoras contratarem a totalidade das cargas do ambiente regulado quando houver a abertura do mercado livre e se as distribuidoras devem ser remuneradas apenas pelo serviço do fio. Ao responder, os agentes precisavam escolher entre as alternativas "concordo", "neutro", "discordo" e "não tenho opinião formada sobre o tema".

"A pesquisa foi feita de forma rápida com o objetivo de confirmar o que ouvimos das associações, já que alguns temas não tiveram tempo para serem explorados e detalhados nas reuniões", disse Cyrino. Segundo ele, como a pesquisa "não foi exaustiva", pode ser que o ministério faça outras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilão de energia para Roraima será em 31 de maio

O primeiro leilão de energia do governo Jair Bolsonaro vai ocorrer em 31 de maio e será voltado à contratação de energia e potência para o atendimento a Roraima, único Estado do país não conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O leilão será aberto a projetos de todas as fontes de energia.

De acordo com edital do leilão, aprovado ontem pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o preço-teto de energia foi fixado em R\$ 409 por megawatt-hora (MWh). Também foram estipulados valores de R\$ 754/MWh para contratos de potência para projetos a gás natural e de fontes renováveis e de R\$ 1.078/MWh para contratos de potência de demais fontes.

Os projetos que forem contratados no certame deverão entrar em operação até 28 de junho de 2021.

O edital traz uma inovação ao permitir que o pagamento da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para 80% do valor da energia fornecida pelos projetos seja repassado diretamente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos empreendedores vencedores, sem a necessidade de passar pela distribuidora de Roraima. Na prática, a medida reduz riscos aos investidores.

"Com isso, teremos uma matriz de risco menor, o que pode favorecer no processo de lances para o leilão. E o segundo ponto é que o próprio custo das garantias vai ser menor, uma vez que ele será apenas para a parte de 20% [que não é coberta pela CCC]", afirmou Sandoval Feitosa Neto, diretor da Aneel e relator do processo.

Segundo ele, o leilão permitirá a substituição do parque térmico existente por usinas novas e de tecnologias modernas, melhorando a qualidade de energia para indústrias e a população de Roraima. De acordo com ele, na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) há cerca de 150 projetos cadastrados para o certame, que juntos somam cerca de 6 mil megawatts de potência.

Sem ligação com o SIN, Boa Vista, capital de Roraima, era abastecida com energia importada da Venezuela. No entanto, devido à crise econômica do país vizinho, o intercâmbio energético foi interrompido.

Com relação aos leilões convencionais de energia, o certame do tipo "A-4", que negociará contratos de novos empreendimentos para início de suprimento em 2023, está previsto para 28 de junho. Já o "A-6", que contratará energia de novos projetos para início de fornecimento em 2025, está previsto para 26 de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Consumo de gás natural dá sinais de recuperação

Depois de recuar 2,8% em 2018, o consumo de gás natural começa a dar sinais de recuperação este ano. De acordo com levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), as vendas do setor cresceram 12,4% em fevereiro, ante igual mês do ano passado, para 67,99 milhões de metros cúbicos diários (m3/dia), e fecharam o primeiro bimestre com uma alta de 2,1% frente aos dois primeiros meses de 2018.

Os números divulgados pela Abegás mostram que o consumo avançou nos principais segmentos - indústrias, termelétricas e postos de GNV. Juntos, esses setores representam cerca de 90% do mercado brasileiro de gás.

Principal responsável pelo consumo de gás natural do país, o segmento industrial cresceu 4,8% em fevereiro, para 29,369 milhões de m3/dia, e fechou o primeiro bimestre com uma alta de 3,9%. O setor de geração de energia elétrica, por sua vez, totalizou 24,94 milhões de m3/dia no mês retrasado, o que representa um aumento de 19,1% ante igual mês de 2018.

Segundo a Abegás, o crescimento reflete a alta do despacho termelétrico pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) após os seguidos recordes de carga no sistema em janeiro. No ano, porém, a geração de energia a gás acumula uma queda de 3,8%.

Já no mercado de gás natural veicular (GNV), houve um crescimento de 11,5% em fevereiro, para 6,39 milhões de m3/dia, e de 11,27% no primeiro bimestre. A Abegás destaca, ainda, que o setor comercial segue sua recuperação, tendo crescido 11,6% em fevereiro (para 880 mil m3/dia) e 10,3% no primeiro bimestre.

Entre os destaques negativos, o consumo residencial recuou 12,1% no mês retrasado, para 908 mil m3/dia, e 12,9% no acumulado do ano, em função da média de temperatura mais elevada este ano. Já a cogeração a gás totalizou 2,81 milhões de m3/dia, uma queda de 5,7% na comparação com fevereiro de 2018. No primeiro bimestre, a retração foi de 10,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Diesel segue com defasagem, dizem importadores

Mesmo com reajustes recentes da Petrobras para diesel e gasolina, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) diz que a estatal tem praticado preços abaixo da paridade com o mercado internacional nos principais pontos em que há concorrência com os importadores privados. A Abicom mantém desde 2018 representação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em que denuncia a estatal por prática de preço predatório. O inquérito administrativo ainda não foi aberto. O preço abaixo da paridade tira competitividade do combustível importado.

No caso do diesel S10 (menos poluente, com 10 partes por milhão de enxofre), as maiores defasagens são encontradas em Itaqui, em São Luís (MA), e Suape, em Ipojuca (PE). No porto pernambucano, a diferença entre os preços da Petrobras e o preço de paridade de importação (PPI) era de cerca de R\$ 0,10 o litro, na segunda-feira, enquanto no Maranhão estava ligeiramente acima desse valor, mesmo após o reajuste de 4,8% anunciado pela petroleira na semana passada. Em Santos (SP) e Aratu/Candeias (BA), essa defasagem era inferior a R\$ 0,05.

Até a conclusão desta edição, os números consolidados de terça-feira sobre a defasagem não estavam disponíveis. Ontem, a petroleira manteve seus preços do diesel inalterados, mas a gasolina teve aumento médio de 2%. A alta, de R\$ 0,0396 por litro, é considerada por importadores insuficiente para cobrir a defasagem de preços acumulada. Na segunda-feira, a defasagem da Petrobras na gasolina variava entre R\$ 0,05 e R\$ 0,10 o litro nos principais pontos de suprimento. Em Itaqui, a diferença superava os R\$ 0,15.

A Abicom considera, em seus cálculos, os preços de referência da consultoria internacional Platts, que se baseia nas despesas para internalização dos combustíveis até o porto, e acrescenta a esses valores os custos com as taxas portuárias e de armazenagem, além das despesas de frete até o ponto de entrega.

Questionado por jornalistas sobre a defasagens dos preços da companhia, na semana passada, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que a empresa vem observando "rigorosamente a manutenção de preços alinhados com a paridade internacional".

A Petrobras explica que sua política de preços leva em consideração o preço de paridade internacional (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado. O PPI calculado pela companhia estima o custo de potenciais competidores, simulando uma importação por terceiros em cada ponto de venda. A Petrobras destaca também que os reais valores de importação variam de agente para agente, dependendo de aspectos como as relações comerciais existentes, o acesso a infraestrutura logística e a

escala de atuação. "O PPI não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes", afirma a empresa, em nota.

Em meio à retomada do debate nacional sobre os preços dos combustíveis, frente às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, a Petrobras passou a divulgar, desde o início desta semana, os preços reais praticados pela empresa em 37 pontos diferentes de suprimento. A nova estratégia de comunicação está em linha com o que defende a Agência Nacional de Petróleo (ANP), que prepara desde 2018 uma resolução para dar mais transparência ao mercado. O objetivo é obrigar a Petrobras e outros agentes dominantes regionais a divulgar os preços reais praticados nos diferentes pontos de suprimento.

Até então, a Petrobras publicava diariamente apenas a média nacional dos preços nas refinarias e a média mensal dos preços em cada ponto, com defasagem de um mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Especial

Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo

Título: Nos grupos de WhatsApp, verdades e mentiras entre críticas e (poucos) elogios

Acompanhar alguns grupos de caminhoneiros de todo o Brasil no WhatsApp é sair da realidade. Mais que um exercício para entender os pleitos de uma categoria agora em evidência diante da ameaça de uma nova paralisação, é também um aprendizado de linguagens, histórias, visões e questões envolvendo motoristas e suas famílias das mais diversas regiões do país.

Em dez dias eu vi e ouvi muita informação e desinformação, imagens deturpadas, áudios conspiratórios e notícias falsas. Li ataques à imprensa, mas também pedidos de apoio à mesma imprensa; imagens e expressões de ódio, em meio a mensagens carinhosas de bichinhos e de boa Páscoa. E muitos e muitos áudios de gente comum, tentando fazer seu trabalho.

Comecei o acompanhamento com mais ênfase dois dias após a Petrobras anunciar o aumento do diesel e voltar atrás a pedido do Planalto. Em seguida, após negociações com alguns representantes da categoria, o governo anunciou uma série de medidas para beneficiar a categoria e impedir uma nova greve. A alegria durou pouco. No dia 17, a Petrobras anunciou um aumento de 4,8% no diesel. E os grupos de caminhoneiros no WhatsApp enlouqueceram.

"O governo fez um carinho, passou gelzinho e dois dias depois...", escreveu um motorista de Curitiba (PR). "Não queremos esmola. Para que financiamento

para comprar caminhão se o caminhoneiro tá sem dinheiro para comprar o pão? Todo mundo tem nome no SCPC e no Serasa", disse outro, de Belém (PA).

Antes de o governo anunciar que reajustaria a tabela de preços mínimos dos fretes rodoviários de acordo com as oscilações do diesel e prometer que fiscalizaria o cumprimento dos valores mínimos previstos, era esse o tom entre centenas de caminhoneiros em sete diferentes grupos no WhatsApp, cada um com pelo menos 400 mensagens por hora.

Na tentativa de explicar o apoio à compra de veículos, um áudio vindo do Paraná dizia: "O governo é liberal, não era o que vocês queriam? Tem que deixar vender caminhão. Mas agora eles vão subsidiar e isso não é liberal, né? Vai entender. Liberal é uma coisa, mas dar dinheiro para grande é dar sardinha para tubarão. Tem que consertar o excesso de caminhão dado por Lula e por Dilma".

Naquele momento, antes do armistício que parece ter evitado uma nova mobilização, também era ponto pacífico que Wallace Landim, conhecido como Chorão, não representava caminhoneiros autônomos, como ele dizia e como o governo declarou. "Nem caminhão ele tem, nunca teve" dizia uma das mensagens "gentis", em meio a muitas outras com xingamentos e palavrões.

Em meio à chuva de mensagens, diversos prints de caminhoneiros que trocaram mensagens com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Entre elas a de um dos líderes de um dos grupos de WhatsApp, Wanderlei Dias, o Dedeco: "Eu não posso ficar mediando briga de caminhoneiro, né?", dizia Lorenzoni sobre as divergências entre Dedeco, depois bloqueado pelo ministro, e Chorão.

O que os caminhoneiros querem mesmo é a revisão e uma fiscalização efetiva para que a tabela de preços mínimos do frete seja praticada, que virou promessa do governo. E um tabelamento ou controle dos preços do diesel.

Centenas de mensagens citam os valores oferecidos por embarcadores para as mercadorias. Todas, sem exceção, falam de queda nos preços. "Tava puxando soja em Paragominas (PA) por R\$ 105 a tonelada semana passada. Cheguei hoje aqui e estão pagando R\$ 73. Tem uma galera aqui parada no posto se negando a ir com esse valor e, em nome de Jesus, espero que corrijam", dizia um motorista com DDD do Ceará.

Na reunião de segunda-feira com o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, Dedeco e outros motorista receberam a garantia de que cada aumento do diesel será imediatamente repassado à tabela de frete. Também foi prometido que os autônomos não serão penalizados por denunciar à Agência

Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) os embarcadores que não cumprirem os preços da tabela.

E vieram mais reclamações. "Agora viramos fiscais. A ANTT não faz o trabalho dela e a gente vira dedo-duro! Muito bem, quero ver quem denunciar receber carga de novo do embarcador denunciado", dizia em um áudio uma caminhoneira de Goiás.

A partir dos relatos, é possível concluir que a paralisação para marcada para o dia 29 de abril ainda tem adesão nesses grupos. Mas boa parte prefere dar um voto de confiança para o governo, e alguns querem atear fogo em distribuidores de combustível. Ao mesmo tempo, pequenas paralisações já ocorreram no terminal ferroviário de Rondonópolis (MT) e em Balsa (MA) devido aos preços oferecidos pelo frete.

Mas os grupos dos motoristas estão longe de apenas discutirem essas questões. No domingo de Páscoa, foi incontável a quantidade de coelhos e mensagens sobre Jesus e ressurreição. E era dia de finais de campeonatos estaduais de futebol, o que abriu espaço para comemorações e provocações, quase todas ignoradas.

Um ou outro post ao longo desses dias alertava para dificuldades em estradas, perguntava sobre manutenção das carretas e vendiam peças. Outros contavam experiências com o cartão de abastecimento, ampliado pelo governo no pacote de medidas de apoio. "Ah, é uma droga, você enche o cartão de diesel e fica sem dinheiro, aí quebra o caminhão na estrada, você está sem nada e vende os R\$ 500 que pôs de diesel por R\$ 200 para o mecânico", contava um motorista de Fortaleza.

Do nada também surgiram teorias estranhas. Uma delas acusava os maçons de serem donos de todos os pedágios do país para lavarem dinheiro. Tancredo Neves também foi lembrado por alguém por ter sido o presidente que menos roubou durante seu mandato. "Me mostre que ele roubou enquanto presidente". E essa postagem deu gás para discussões sobre se o ex-presidente foi assassinado ou não.

Ao fim e ao cabo, ficou evidente que o apoio da categoria ao governo Bolsonaro sofreu arranhões. Mas que os caminhoneiros também não querem um governo militar ou a volta do PT. O que eles querem mesmo é trabalhar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2019****Seção: Especial****Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo****Título: Passivo jurídico volta a preocupar grandes empresas de grãos**

A promessa de o governo fiscalizar a aplicação da tabela de fretes apaziguou o ânimo dos caminhoneiros, mas trouxe à tona uma questão que estava ficando em segundo plano: o passivo jurídico - diferença entre o valor mínimo e o pago - milionário gerado por transportes feitos fora dos preços mínimos estabelecidos.

A Lei 13.703 instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, que determinou a publicação de tabelas de preços mínimos para fretes de cargas a granel, frigorificadas, perigosas, gerais e neogranel. Essa atribuição é da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que deverá publicar as tabelas referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, consideradas as distâncias e os tipos de carga. Quem descumprir as regras terá que indenizar o transportador em valor que seja o dobro da diferença entre o preço pago e o que seria devido. Apenas indenizações anteriores ao dia 19 de julho serão anistiadas.

Em agosto do ano passado, meses após o estabelecimento da tabela, o **Valor** já havia informado que uma das grandes tradings de grãos presentes no Brasil calcula que, em seu caso, a diferença entre os preços praticados os previstos na tabela chegava em cerca de R\$ 200 milhões em poucas semanas.

Em mensagem a associados também em agosto do ano passado, o Sindicato dos Transportadores autônomos de Cargas de Ourinhos e Região (Sindicam) afirmava que estava reunindo documentação para entrar com processos contra transportadoras - ou tradings - que estão pagando valores abaixo do piso mínimo. "Não existe trabalhar ou não com tabela, isso não é uma opção. É lei", afirmava Ariovaldo Junior Almeida, diretor do Sindicam, em mensagem de áudio direcionada a caminhoneiros.

Ontem, a questão voltou à tona com a promessa do governo junto à Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) de fiscalizar o cumprimento da tabela de preços mínimos. Outra promessa feita foi de que a tabela será reajustada de acordo com mudanças no preço do diesel.

"O que vai acontecer é o que era quase descartado meses atrás: a formação de frotas próprias", disse Sérgio Mendes, diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Para atender o volume a ser movimentado, tradings como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus teriam de adquirir 4 mil caminhões cada uma, com gastos estimados em R\$ 700 mil por carreta, somando cerca de R\$ 2,8 bilhões em investimentos, avaliou o próprio Mendes no fim de 2018.

O diretor-geral da Anec calcula que, apenas para 2019, considerando a tabela ainda sem o reajuste do diesel, os gastos para exportar a produção de soja, farelo de soja e milho aumentam cerca de US\$ 4 bilhões. "Considerando o frete de ida e de retorno [pagamento de um frete de retorno quando os caminhões voltam para sua origem vazio]", destacou.

"Dentro de um sistema regido por oferta e demanda é complicado garantir renda para uma das partes", disse. "Já temos de lidar com a imprevisibilidade da safra, do mercado, da guerra comercial e, agora, tem o tabelamento". Mendes completa, ainda, que é normal haver aumentos nos preços pagos pelo frete em picos de safra, quando há grande disputa por caminhões. "Mas não temos como garantir um fluxo durante o ano inteiro".

A questão ainda dará muito pano para manga. Isso porque a safra 2018/19 de soja brasileira está terminando de sair dos campos e o transporte rodoviário é o principal meio para levar as 70 milhões de toneladas da oleaginosa - previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) - até os portos. No primeiro trimestre do ano, já saíram 18,3 milhões de toneladas de soja pelos portos do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Especial

Autor: Fernanda Pressinott

Título: Contexto

Um dos compromissos assumidos pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, com os caminhoneiros, o reajuste da tabela de preços mínimos do frete rodoviário toda vez que o diesel subir ou descer mais de 10% já está prevista na Lei 13.703. O "gatilho", porém, não é calculado como acreditam muitos dos motoristas dos grupos de WhatsApp monitorados pelo Valor. A maioria dos caminhoneiros acredita que o reajuste será automático - isto é, se subir o diesel, a tabela inteira será reajustada na mesma proporção.

Mas Fernando Rocha, pesquisador da EsalqLog e um dos responsáveis pela elaboração do novo modelo de tabela, esclarece que os acréscimos ou decréscimos dependerão da distância, carga e tipo de caminhão. "A representatividade do diesel nos custos dos transportadores varia de 25% a mais de 50%, com a distância sendo o maior agravante neste peso", explica. Por exemplo, para levar uma carga a granel, como soja, um motorista de caminhão de sete eixos tem no diesel um custo de 25% para uma distância de 100 quilômetros. O mesmo caminhoneiro, com o mesmo veículo, para rodar 2 mil quilômetros tem o custo de 50% apenas com o diesel. A pedido da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a EsalqLog elaborou uma nova metodologia para a tabela, que leva em consideração os tipos de carga, de caminhão e as distâncias. A minuta dessa metodologia está em consulta pública no site da agência. Também será apresentada em audiências públicas presenciais ao longo do mês de maio e deve ser publicada com ajustes no dia 20 de julho. A lei prevê que a ANTT publique a tabela em duas datas no ano: 20 de julho e 20 de janeiro. Ajustes serão feitos apenas se houver essa variação do diesel acima de 10%. "O que sinto é que os caminhoneiros querem outros gatilhos ou novas tabelas a qualquer reajuste anunciado pela Petrobras", diz Rocha.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | Do Recife

Título: Solatio planeja maior parque solar do Brasil no sertão de Pernambuco

O grupo Solatio apresenta hoje projeto para construção do maior complexo de energia fotovoltaica do país, que exigirá investimento de R\$ 3,5 bilhões. O empreendimento, que será levantado no município de São José do Belmonte, no sertão de Pernambuco, terá capacidade instalada de 1.100 megawatts (MW). Isso representa quase o triplo da capacidade da maior usina solar em funcionamento no Brasil, em Pirapora (MG), que também foi desenvolvida pela Solatio, com capacidade de 400 MW.

O anúncio do empreendimento será feito, no Recife, em evento com a presença do presidente da companhia, Pedro Vaquer, e o governador do Estado, Paulo Câmara (PSB). Bruno Schwambach, secretário de desenvolvimento econômico do Estado, adiantou ao **Valor** que a maior parte da capacidade de geração no complexo, cerca de 1.000 MW, será destinada a comercialização no mercado livre. Para tanto, a Solatio já fechou parceria com a comercializadora de energia Tradener.

O restante da capacidade (100 MW) será para atender a demanda no mercado regulado, fruto de um leilão que a empresa venceu em 2017.

No seu site no Brasil, a empresa informa que tem mais de 20 anos de experiência no setor fotovoltaico e mais de 120 projetos na Europa. A Solatio está no Brasil desde 2009. A companhia tem atualmente, no país, 1 GW de energia solar contratada e desenvolve projetos para mais 3 GW. Em 2016, ela tinha 31% do mercado brasileiro.

O complexo fotovoltaico em Pernambuco contará com sete usinas, que terão ligação direta com a rede de distribuição da Chesf, subsidiária da Eletrobras. A expectativa é de que a construção seja iniciada em julho e seja concluída em um prazo de um ano, com início do funcionamento previsto para agosto de 2020.

A Solatio arrendou uma área de 2.270 hectares em São José do Belmonte a 67 famílias de baixa renda. O município fica próximo à fronteira com o Ceará, a quase 500 km do Recife, e tem pouco mais de 33 mil habitantes. De acordo com Schwambach, o empreendimento deve gerar cerca de 1.000 empregos durante a fase de construção e 400 dessas vagas devem ser preenchidas pela população local. "É muito importante a atração de investimentos desse porte para uma região carente de recursos", disse o secretário.

O Estado de Pernambuco foi o primeiro a realizar um leilão de energia solar, ainda 2013, precendendo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Um ano antes, o Estado aprovou uma lei para estímulo do setor de energia renovável por meio de incentivo fiscal na forma de crédito presumido sobre o saldo devedor mensal do ICMS. Posteriormente, divulgou um atlas com o mapeamento das áreas com potencial de geração eólica, solar e híbrida (que mistura as duas fontes renováveis).

Apesar do pioneirismo, Pernambuco ainda é o décimo Estado no ranking de potência instalada de energia solar fotovoltaica, com capacidade de gerar 19 Megawatts (MW), 2,8% do potencial nacional, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR). Com 148 MW em capacidade instalada, o Estado de Minas Gerais lidera a lista, seguido por Rio Grande do Sul (110,6 MW) e São Paulo (83,8 MW). No Nordeste, a liderança é, até o momento, do Ceará, com 23 MW.

O Brasil já ultrapassou a marca de 2 GW de potência operacional da fonte solar conectados na sua matriz elétrica. Para 2019, a entidade prevê que o setor vai superar a marca de 3 mil MW, atraindo R\$ 5,2 bilhões de novos investimentos privados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Aço sem reajuste

As siderúrgicas brasileiras não devem imprimir novo aumento no preço do aço neste semestre. A opinião é o do presidente executivo do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Jorge Loureiro. Ele não vê espaço no mercado interno para mais aumentos de preços da tonelada de aços planos neste primeiro semestre. Segundo Loureiro, o que pode travar o reajuste é justamente a busca intensa por participação de mercado das siderúrgicas. Entretanto, os preços internacionais podem crescer US\$ 20 a US\$ 30 em função do aumento dos custos, principalmente minério de ferro e carvão. Além da variação cambial. "O mercado está equilibrado no Brasil. Se houvesse certa disciplina das siderúrgicas, poderiam promover o reajuste. Mas, há excesso de oferta e elas (siderúrgicas) estão preocupadas em manter o 'market share'. É isso que irá segurar o aumento de preços no país", afirmou. No fim de março e no início deste mês, as siderúrgicas anunciaram reajustes de 10% a 15% nos preços dos aços.

Usina Porto Primavera

A Cesp informou hoje que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) assinou o contrato de concessão para o uso de bem público da usina hidrelétrica Porto Primavera por 30 anos. A usina é o principal ativo da Cesp. A empresa tinha assinado o acordo em 19 de março. A assinatura do contrato foi feita por meio do regime de produção independente de energia elétrica. A VTRM Energia Participações, joint venture entre a gestora canadense de investimentos CPPIB e a Votorantim Energia, arrematou a Cesp em outubro com uma oferta de R\$ 14,60 por ação, prêmio de 2,1% em relação ao preço mínimo, de R\$ 14,30 por papel. O preço pago equivale ao desembolso de R\$ 1,7 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Grande volume de cana pode favorecer açúcar**

O clima mais favorável à atual safra de cana nas últimas semanas e maiores investimentos recentes em canaviais que serão colhidos neste novo ciclo podem gerar uma oferta de cana tamanha que, por falta de capacidade das usinas para produzir mais etanol, poderá favorecer a produção de açúcar.

Essa é a avaliação da consultoria FG/A, que estima que as usinas do Centro-Sul conseguirão recuperar a colheita de cana na temporada atual (2019/20) e moer 594 milhões de toneladas após três safras consecutivas de redução. Essa estimativa leva em consideração que os canaviais foram beneficiados pelas chuvas abundantes de março e do início de abril e que parte das empresas elevaram aportes em renovação e na expansão da área a ser colhida após as fortes quebras do último ciclo. "No nível que chegou o envelhecimento dos canaviais, qualquer renovação medíocre que se faça já reduz a idade média", afirma João Rissi, sócio da FG/A.

A consultoria avalia, ainda, que o volume de cana processada pode chegar a 600 milhões de toneladas caso o clima desta safra siga melhor do que o da passada, retornando aos patamares de moagem registrados na safra 2016/17. Mesmo que a umidade maior "dilua" o teor de sacarose na cana (ATR), a expectativa da FG/A é que ainda haverá maior sacarose total disponível. Em sua estimativa, o saldo de matéria-prima para a produção de açúcar e etanol (ATR total) será 2,8% maior nesta safra.

E, diante desse crescimento, por mais que as usinas maximizem a produção de etanol - como foi feito na safra passada -, ainda sobrarão matéria-prima, que terá como destino inevitável a fabricação de açúcar, avalia Juliano Merlotto, também sócio da FG/A. De acordo com a consultoria, o biocombustível continua oferecendo uma remuneração melhor do que o açúcar neste início de safra - no momento, o "prêmio" do etanol ante o açúcar é de 29% -, "mas há uma limitação operacional", avalia.

Essa limitação também será fruto de uma safra mais curta, estima a consultoria. Afinal, as chuvas que caíram no início da safra e ajudaram no crescimento dos canaviais também atrasaram o início da moagem para várias usinas, o que deve reduzir o "tempo hábil" de produção ao longo desta temporada, afirma.

Segundo Rissi, houve poucos investimentos para aumentar a capacidade de destilação de etanol que conseguissem absorver mais cana. "Algumas empresas boas investiram, mas foram casos pontuais. Consideramos que houve crescimento de 1% na capacidade de produção de etanol", diz.

Nos cálculos da FG/A, do total de cana processada, 37,6% deverá ser destinada à produção de açúcar, que deverá alcançar 29,1 milhões de toneladas - 9,9% a mais do que na safra passada. A produção de etanol, por sua vez, deverá ser de 20,8 bilhões de litros de hidratado (que compete com a gasolina), uma queda de 2,1%, e de 9 bilhões de litros de etanol anidro, aumento de 1,6%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo

Título: Temporada passada foi mais "alcooleira", confirma Conab

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) elevou em 1,6% sua estimativa para a produção de cana no país na safra 2018/19, encerrada em março, para 625,17 milhões de toneladas. Em relação a 2017/18, o volume foi 1,3 menor.

Em seu relatório final sobre a temporada, a estatal creditou essa redução à queda da área de plantio, principalmente em razão da devolução de terras arrendadas na região Sudeste, e à menor produtividade dos canaviais, causada por problemas climáticos.

A área colhida foi de 8,59 milhões de hectares, 1,6% menor que a de 2017/18. Na região Sudeste, que lidera a produção nacional - São Paulo e Minas Gerais respondem por quase 64% da oferta total -, a colheita alcançou 402,8 milhões de toneladas, uma redução de 3,5%.

A produtividade média das lavouras do país foi calculada pela Conab em 72.785 quilos por hectare, 0,3% mais que na safra anterior. O resultado refletiu um aumento de produtividade no Nordeste, enquanto no Sudeste, principalmente em São Paulo, o tempo quente e a estiagem do meio do ano fizeram a média ficar em 75.212 kg/ha.

O açúcar total recuperável (ATR) da safra - que representa a qualidade da cana - ficou em 144,7 quilos por tonelada, aumento de 5,8% em relação à temporada anterior.

A Conab também confirmou que a maior parte da moagem da safra foi destinada à produção de etanol (63,6%), que durante a maior parte do ano

remunerou melhor as usinas do que o açúcar. Assim, o país produziu um volume recorde do biocombustível - 33,58 bilhões de litros, 23,3% mais que no ciclo anterior.

Desse total, 22,99 bilhões de litros foram de hidratado, ou seja, 41,5% do total e também um recorde. No caso do anidro, que é misturado à gasolina, a produção ficou em 10,59 bilhões de litros, 3,7% menor que no período antecedente.

De acordo com o superintendente de informações do agronegócio da Conab, Cleverton Santana, o aumento na produção de etanol nesta safra deveu-se, principalmente, à queda de preços do açúcar no mercado internacional e a um cenário mais favorável para o etanol no mercado interno, em meio às altas do dólar e do petróleo.

A produção de açúcar foi estimada pela Conab em 31,35 milhões de toneladas, um decréscimo de 17,2% se comparado ao resultado da temporada 2017/18.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Nova vitória do cartel do frete

O cartel do frete, uma aberração apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro, será defendido com fiscalização vigorosa, segundo prometeu o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, em reunião com representantes de caminhoneiros. O cartel chapa-branca poderá até funcionar com mais eficiência a partir dos próximos dias, se o preço do transporte for de fato corrigido com base no valor do diesel. Essa correção foi prometida pelo ministro, segundo um dos participantes do encontro. "Não houve um acordo, mas sim um compromisso de uma agenda positiva", disse o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno. Positiva para quem?

Essa agenda só pode ser negativa, como tem sido, para a indústria, para a agropecuária, para a maior parte dos serviços e para os consumidores. Será ruim para a balança comercial e, muito especialmente, para o ordenamento jurídico de uma economia de mercado. A tabela oficial de fretes, criada inicialmente por medida provisória (MP) e sacramentada pouco depois por lei, é a base de um escandaloso cartel chapa-branca. A MP foi editada pelo presidente Michel Temer em junho do ano passado, numa rendição a um movimento apoiado pelo deputado Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República.

Nesse movimento, caminhoneiros ocuparam rodovias como quiseram, bloqueando pistas ou ocupando quilômetros de acostamento. Impediram, usando até intimidação e violência, a passagem de quem pretendia passar transportando carga. Não faltaram irregularidades e atos criminosos. Só faltou disposição ao governo para impor a lei e defender os interesses nacionais. Prejuízos para a produção, o comércio, o consumo e o emprego foram enormes, como já deixaram claro as estatísticas oficiais.

Depois da reunião com o ministro da Infraestrutura, na segunda-feira passada, líderes dos caminhoneiros disseram ter desistido de uma nova greve neste ano. Ganharam mais um ponto. Poucos dias antes, o presidente Bolsonaro, para defendê-los, havia ordenado a suspensão de um reajuste do preço do diesel. A desastrada intervenção chocou o mercado e derrubou o valor de mercado da Petrobrás, com perda imediata de R\$ 32,4 bilhões.

Ações contra a legalidade da tabela de fretes foram apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) logo depois de editada a MP, no ano passado, e reiteradas depois de sua conversão em lei pelo Congresso Nacional. A posição da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sintetiza de forma luminosa a argumentação. A lei, recordam os formuladores da ação, só admite a intervenção estatal na ordem econômica para reprimir abuso praticado para dominação dos mercados, eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros. A lei da tabela faz o contrário, instituindo um cartel e anulando a possibilidade da competição. Viola, enfim, os princípios da ordem econômica estabelecidos na Constituição, especialmente os da livre-iniciativa e da livre concorrência, indicados no artigo 170.

Os argumentos da CNI deveriam ser suficientes, mas a tabela foi contestada também por outras entidades, como a Confederação Nacional da Agricultura. O assunto, no entanto, ficou emperrado. O relator, ministro Luiz Fux, tomou algumas providências – por exemplo, suspendendo e restabelecendo as multas por descumprimento da tabela. Mas a discussão nunca chegou ao plenário, a lei continua em vigor e o atual governo tem-se mostrado disposto a servir aos caminhoneiros mesmo contra os interesses mais amplos do País.

Os agricultores plantaram e colheram a safra de verão sujeitos ao cartel do frete e assim continuam. Como os industriais, competem interna e externamente e, se tentarem formar um cartel, serão sujeitos a processo. Se qualquer deles operar num segmento com excesso de oferta, perderá dinheiro e, na pior hipótese, falirá. Excesso de oferta tem sido um problema evidente do transporte rodoviário, mas os transportadores, ao contrário de agricultores, industriais e comerciantes, ganharam de presente um cartel chapa-branca. Enquanto isso, o STF silencia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 24/04/2019****Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo****Título: 'Reforma é matemática, não ideologia'**

Entrevista

Alessandro Zema, presidente do banco Morgan Stanley no Brasil

A retomada do crescimento do Brasil passa obrigatoriamente pela aprovação da reforma da Previdência, que está em discussão no Congresso. "É absolutamente crítico resolver o equilíbrio das contas públicas. E isso passa pela reforma da Previdência. Não é uma questão de ideologia, mas de matemática", diz Alessandro Zema, presidente do banco de investimentos Morgan Stanley no Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia os 100 dias do governo de Jair Bolsonaro?

Antes de responder essa pergunta queria fazer uma contextualização. Acredito que as menores tensões comerciais e atuação dos bancos centrais têm trazido uma melhora ao ambiente internacional. E isso favorece mercados emergentes. Dito isso, o Brasil tem potencial para capturar boa parte dos investimentos destinados a mercados emergentes.

Como os investidores estrangeiros estão olhando o Brasil neste momento?

É absolutamente crítico resolver equilíbrio das contas públicas. E isso passa pela reforma da Previdência. Não é uma questão de ideologia, mas de matemática. O déficit gerado pela Previdência é insustentável: corresponde por 8,5% do PIB do Brasil.

Há ambiente político para que a reforma seja aprovada?

Há 25 anos que se discute a reforma da Previdência. Foram 5 presidentes. Acredito que o Congresso e a sociedade estão preparados para entender que não dá mais para se empurrar com a barriga. A Previdência é a primeira parte do reequilíbrio das contas públicas. Depois, a gente consegue aumentar o nível de confiança da economia, fazendo com que as empresas invistam mais, gerando renda e emprego.

O sr. ainda está confiante na aprovação da reforma mais ambiciosa, mesmo com os recentes conflitos em Brasília?

Enquanto não houver a reforma, o Brasil está condenado a um crescimento pífio de PIB. Torço pela aprovação da reforma de R\$ 1 trilhão. Uma reforma abaixo disso só resolve o problema do governo Bolsonaro. Não podemos empurrar para as gerações futuras o desequilíbrio fiscal que temos hoje.

O que significa um crescimento pífio?

Crescimento de 0,6% na média dos últimos 10 anos. Nos últimos dez anos, tivemos soluções paliativas que nunca endereçaram à questão fiscal.

Se aprovada a Previdência, quais serão as outras prioridades do governo?

O Brasil, para desenvolver todo o seu potencial, precisa de uma série de reformas. A Previdência é a primeira delas. Em seguida vem a reforma tributária, independência do Banco Central, mudança tamanho do Estado.

Havia uma expectativa dos investidores de que a recuperação do Brasil fosse mais rápida...

Essa incerteza política tem gerado desapontamento. Com o resultado das eleições, os investidores locais, por estarem mais próximos da situação, conseguiram se reposicionar melhor. Dito isso, os investidores globais, que não são focados em América Latina e países emergentes, só devem injetar mais recursos aqui quando a reforma de fato acontecer. Mas já há movimentos concretos de investimentos no País.

Quais movimentos?

Os leilões de concessões de aeroportos e da Ferrovia Norte- Sul foram bem sucedidos. O programa de privatização do governo também deve atrair muitos investidores. Sem contar que as empresas estão acessando mais o mercado de capitais. Quando há boas histórias, há interesse de investidores. Neste ano, já foram sete operações de mercado de capitais: seis transações de "follow on" (emissões de ações) e um IPO (abertura de capital, na sigla em inglês), movimentando US\$ 2,7 bilhões. Os investidores estrangeiros participaram ativamente.

Como será este ano?

Dependendo da velocidade das privatizações e aprovação da Previdência, podemos chegar US\$20 bilhões em ofertas, com emissões de ações e IPOs.

Sobre as privatizações, o que sr. acha imprescindível e quais são as "vacas sagradas"?

O programa de leilões de infraestrutura prevê levantar R\$ 130 bilhões de ativos. Se tomar uma perspectiva mais holística, o governo enviou uma proposta mais ambiciosa de reforma da Previdência, enviou projeto de lei de independência do Banco Central, vem discutindo a reforma tributária. Já fez bastante coisa. A Petrobrás tem feito desinvestimentos. É normal que haja resistências. Está claro, pelo que ouço, que Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa são as vacas sagradas.

O mercado reagiu mal à interferência do presidente no reajuste do diesel...

A questão do diesel causou surpresa, mas governo respondeu rápido sobre a

Petrobrás ter independência e a questão dos caminhoneiros. O período que Petrobrás foi usada como política macroeconomia, a gente quer esquecer. Os resultados foram desastrosos para empresa e para a economia.

Quais são os planos do Morgan Stanley para o Brasil?

O banco tem, nos últimos 22 anos, atuação forte em renda variável, renda fixa e banco de investimento. São os três grandes carros-chefes no Brasil. Mas queremos crescer outros negócios. Começamos a atuar aqui desde o ano passado na área de "asset management" (gestão de ativos). Somos o segundo maior gestor global de fortunas e queremos aumentar a participação de clientes brasileiros em nossa operação fora do País.

bento VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/04/2019

Seção: Política

Autor: Tânia Monteiro / Brasília

Título: Direção de Itaipu cancela R\$ 42 milhões em patrocínios

Entre os contratos que foram suspensos está financiamento de evento que tem Gilmar Mendes como organizador

O diretor-geral brasileiro de Itaipu, general Joaquim Silva e Luna, mandou cancelar todos os convênios de patrocínio em vigor que não tinham qualquer relação com a missão da empresa. No total, foram rescindidos contratos da ordem de R\$ 42 milhões. Um dos nove convênios cancelados foi o assinado entre a Itaipu e a direção da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que está promovendo o 7.0 Fórum Jurídico de Lisboa, em Portugal. O encontro, que termina hoje, tem entre os seus organizadores o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

Este convênio foi assinado em novembro, no final do governo Michel Temer, e tinha como valor total R\$ 3,369 milhões, a serem pagos em três parcelas. No entanto, ainda em dezembro, foram enviados para a FGV R\$ 2,492 milhões, mais de 70% do valor total. Os R\$ 876 mil restantes, que deveriam ser repassados no início do ano, foram bloqueados pela nova administração de Itaipu e não serão mais repassados.

Desde fevereiro, com a posse da nova diretoria de Itaipu, esse e todos os demais convênios foram revisados. A determinação da nova direção de Itaipu é que só serão mantidos e concedidos patrocínios a empreendimentos que sejam considerados "aderentes à missão de Itaipu", que é fornecimento de energia. Segundo a direção da empresa, "toda essa economia será aproveitada em obras estruturantes e em outras parcerias com impactos sociais mensuráveis".

Auditoria. "Estamos fazendo auditoria em todos os patrocínios", disse ao Estado o general Silva e Luna, lembrando que segue uma diretriz do presidente Jair Bolsonaro de "austeridade" com os gastos públicos. Segundo ele, agora novos critérios de patrocínio estão em vigor. "Sou favorável a convênios que deixem legado para a sociedade, como obras estruturantes ou que gerem um impacto social mensurável, e não em coisas que no dia seguinte terminam", declarou ele.

De acordo com a Itaipu, todas as medidas têm como premissa respeitar os bons preceitos da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. "Os convênios e patrocínios que não se enquadrarem à nova política de austeridade serão suspensos", afirmou

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Ricardo Della Coletta

Título: Engenheiro da Vale diz que riscos de barragem eram conhecidos

Brasília- O engenheiro de recursos hídricos da Vale Felipe Figueiredo Rocha afirmou nesta terça-feira (23) que a diretoria da mineradora Vale tinha conhecimento dos riscos da barragem de Brumadinho (MG).

O rompimento do reservatório, em 25 de janeiro, deixou 232 mortos e 40 desaparecidos até o momento.

Figueiredo Rocha foi ouvido nesta terça na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado que apura as responsabilidades no episódio.

Segundo ele, os riscos da barragem foram apresentados em um painel de especialistas e em um subcomitê da Vale.

"Então, esses pontos é que me fazem afirmar que os riscos da barragem 1, apesar de não serem riscos iminentes — eram riscos possíveis —, foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria-executiva", disse o engenheiro.

Figueiredo Rocha disse, no entanto, que não poderia afirmar se as apresentações que relataram os riscos da barragem de Brumadinho chegaram ao ex-presidente da mineradora, Fabio Schvartsman.

"Eu não posso afirmar se as apresentações que foram feitas para o comitê executivo chegaram em sua completude para o presidente Fabio Schvartsman. Eu trago comigo essa apresentação que foi feita no comitê executivo. Também

trago a ata de reunião, tanto do comitê executivo de riscos, como do subcomitê de riscos operacionais, que mostram essas barragens nas zonas de atenção”, pontuou Figueiredo Rocha.

Reportagem da Folha revelou em fevereiro que os riscos eram conhecidos pela mineradora. O plano de emergência da barragem, de 18 de abril de 2018, previa que um eventual rompimento da estrutura destruiria as áreas industriais da mina do Córrego do Feijão, incluindo o restaurante e a sede da unidade.

O relatório apontava que o refeitório e a área administrativa poderiam ser soterrados em até um minuto.

Um outro documento interno da Vale obtido pelo jornal estimou quanto custaria, quantas pessoas morreriam e quais seriam as possíveis causas de um eventual colapso da barragem.

Figueiredo Rocha contou aos senadores trabalhar na Vale desde 2016. Ele disse ainda que está “à disposição das autoridades” e que está custeando do próprio bolso as despesas com advogados.

Em fevereiro, ele chegou a ficar preso durante cerca de 15 dias, no âmbito das investigações para apurar as responsabilidades no rompimento da barragem.

Em 28 de março, o ex-presidente da Vale compareceu à CPI e disse que nem ele nem a diretoria da empresa tinham conhecimento dos relatórios que apontaram para risco de rompimento da barragem.

“Se ele [Figueiredo Rocha] quisesse, poderia ter feito uma denúncia, tanto anônima como uma denúncia propriamente dita, se ele preferisse, e seria imediatamente tratada”, disse Schvartsman, na ocasião.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Portas abertas

Painel S. A.

Doria vai discursar no jantar da Sugar Week, evento do setor de cana. Ele deve aproveitar a ocasião para exaltar o etanol e dizer que Brasil tem interesse em abrir mercados para o produto em países como a China.

com Igor Utsumi e Paula Soprana

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/04/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA****Título: Preço da gasolina na refinaria sobe 30,9% no ano**

Reajustes dados pela Petrobras não foram integralmente repassados ao consumidor. Para sindicato dos postos no Rio, crise e aumento das alternativas com aplicativos de transporte ajudaram a frear aumento do combustível na bomba

A Petrobras reajustou ontem o preço da gasolina nas refinarias em 2,04%, o que representa aumento médio de R\$ 0,0396 por litro. Foi o primeiro reajuste em 18 dias, motivado pelo avanço da cotação do petróleo no mercado internacional, do dólar e do frete marítimo. Com isso, o combustível já acumula alta de 30,9% em média nas refinarias este ano, passando de R\$ 1,5087 o litro, no início de janeiro, para R\$ 1,975. O consumidor, porém, não sentiu no bolso integralmente esta variação.

Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que, no ano, os preços no Estado do Rio subiram 0,12% e passaram de R\$ 4,780 para R\$ 4,786. Somente no mês de março, porém, o valor cobrado na bomba no Rio avançou 1,67%. Alguns fatores explicam o descolamento: o preço da gasolina nas refinarias representa apenas 32% do valor vendido nas bombas. O preço inclui impostos (45%), álcool anidro (13%) e margens de revenda e distribuição (10%).

Maria Aparecida Schneider, presidente do Sindcomb Rio, que representa os postos no município, destaca que os preços são livres no país e cabe ao empresário decidir o valor que será praticado. Ela pondera, porém, que a crise econômica contribui para conter abusos.

— As vendas dos postos estão em queda, e as pessoas têm alternativas com transportes coletivos e aplicativos. Hoje, não há dinheiro. Não tem justificativa para um posto atuar de forma abusiva. Ele precisa do consumidor — diz ela.

Com a crise, ela destaca que, em cinco anos, o número de postos no município do Rio caiu de 900 para 640.

— É uma queda enorme. A carga tributária é muito alta. No Rio, representa cerca de 50%, uma das maiores do país, com alíquota de 34% de ICMS sobre a gasolina.

Já os preços do diesel tiveram aumento médio acumulado no ano da ordem de 24,5%, passando de R\$ 1,8042 por litro, no início de janeiro, para os atuais R\$

2,2470. Na última segunda-feira, o governo fechou acordo com os caminhoneiros para evitar nova paralisação da categoria. Um dos pontos acordados foi atrelar a tabela de frete ao diesel, para evitar que os ganhos com o frete sejam corroídos pelo aumento do combustível.

Apesar dos aumentos, o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, diz que gasolina e diesel ainda estão com preços cobrados pela Petrobras abaixo da paridade internacional, o que, segundo ele, inviabiliza a importação por terceiros: — O fato de a Petrobras estar publicando os preços em todos os pontos de venda é um avanço na transparência. Mas os preços estão abaixo da paridade internacional. O preço da gasolina precisaria aumentar de R\$ 0,07 a R\$ 0,12 por litro, dependendo do local.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Zuenir Ventura

Título: Faltando com a verdade

O poder, qualquer poder, de direita ou de esquerda, não se caracteriza pelo respeito à veracidade dos fatos, a não ser os que servem à própria conveniência. Mas para quem se orgulha de ter como lema as palavras do Senhor na voz do apóstolo João — "a verdade vos libertará" — o presidente Bolsonaro anda exagerando e faltando demais com ela, a verdade. Como, porém, a mentira tem pernas curtas, elevem sendo desmentido por quem menos espera. Isso aconteceu, por exemplo, com o ministro Onyx Lorenzoni ao informar que o presidente "deu trava na Petrobras", ou seja, fez o que o governo negava ter feito.

Ora, todo o esforço do presidente era provar que não tinha havido ingerência sua na Petrobras para vetar o aumento de preço do óleo diesel. Bolsonaro chegou a garantir isso ao lado do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que, claro, confirmou a inverdade. Aversão mais criativa do episódio partiu do ministro da Economia, Paulo Guedes, que imaginou um Bolsonaro brincalhão dizendo para o presidente da empresa: "agora que estou comemorando meus 100 dias de governo você quer botar diesel no meu chope! ".

O que não teve qualquer graça foi a sua declaração de que o "Exército não matou ninguém", referindo-se a outro episódio, este trágico. Comparem o que foi dito com o testemunho de uma mãe, Aparecida: "O Exército matou meu filho. Ele foi baleado quando tentava ajudar a família do músico Evaldo Rosa,

que morreu quando seu carro foi atingido por 80 tiros disparados por militares do Exército".

A última de Bolsonaro foi numa área que não é sua praia. Ele postou um vídeo sobre a revisão de patrocínios culturais da Petrobras e acabou denunciando como beneficiárias várias obras, inclusive de LGBTQI, que nunca receberam apoio da empresa. Quer dizer, uma lista mentirosa.

Mais um barraco promovido pelo guru de Bolsonaro, aquele que, para cada palavra, usa dois palavrões impublicáveis. Já é lugar comum dizer que esse governo não precisa de oposição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Wilson Witzel e a Maldição do petróleo

Gente do ramo teme que o governador Wilson Witzel ainda não tenha percebido o tamanho dos problemas que pairam sobre o setor de petróleo no Estado.

Primeiro a Petrobras, que vai desinvestir em refinarias, botou na geladeira, como já saiu aqui, aquela parceria com os chineses para a retomada do Comperj.

Segundo: cresce apressão junto ao ministro Dias Toffoli para incluir na pauta do STF, no segundo semestre, a questão dos royalties do petróleo, cuja grana, fundamental para o Rio, pode ter que ser repartida por todos os outros Estados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/04/2019

Seção: Cidades

Autor: Helena Mader / Rosana Hessel

Título: CEB aposta em novas fontes de energia

A Companhia Energética de Brasília (CEB) quer investir em novas fontes de geração de energia para aumentar a receita e ampliar a oferta aos consumidores do Distrito Federal. Entre as iniciativas em análise pela CEB está a queima de lixo e de galhos de podas de árvores para gerar energia elétrica aos brasilienses. Os projetos de fontes alternativas foram detalhados ontem pelo presidente da empresa, Edison Garcia, em entrevista ao programa CB Poder, parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília. Ele também revelou os planos para sanear as finanças da empresa e para tentar reduzir as ligações

clandestinas. Os chamados “gatos” na rede provocam perdas anuais de R\$ 200 milhões.

A CEB investe ao menos 0,5% do faturamento anual em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. Um dos principais estudos financiados hoje pela estatal é realizado em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, com o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e com a Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa é focada na geração de energia a partir de resíduos sólidos.

“O Lixão da Estrutural é fonte dessa pesquisa. Nele, temos uso de resíduos sólidos e de energia fotovoltaica como alternativas para a geração de energia”, explicou o presidente da CEB. “Há condição de termos no DF a utilização de 100% dos resíduos sólidos para geração de energia. Queremos que Brasília seja exemplo na utilização de lixo para geração de energia”, acrescentou Edison Garcia.

O governo também quer incentivar empresários a investirem na geração de energia elétrica, com a instalação de placas fotovoltaicas conectadas à rede de distribuição da CEB. Hoje, a companhia deu autorização para 1.387 projetos e 897 unidades consomem energia a partir desse sistema.

Outro projeto que analisa fontes alternativas prevê a geração a partir da queima de galhos e toras de podas de árvores. Hoje, esse material removido pelo governo é leiloado. “Após ser processada e triturada, essa poda pode ser queimada e gerar energia. É possível fazer uma pequena usina e gerar 5 Mega”, afirma Edison Garcia. Isso é suficiente para atender 3 mil unidades residenciais. Segundo a CEB, a geração de energia a partir da queima de podas pode gerar R\$ 11 milhões de receitas ao ano.

Dívida

Com uma dívida de cerca de R\$ 1 bilhão, a Companhia Energética de Brasília precisa reduzir os custos e aumentar a arrecadação. Um dos focos da nova gestão é combater as ligações clandestinas de energia. “A gente compra energia, ela é fornecida e não temos como arrecadar porque não há medição. Estimamos, em 2018, perdas que somam R\$ 200 milhões”, afirma o presidente da estatal. Segundo ele, São Sebastião é uma das áreas mais problemáticas com relação aos gatos na rede.

Entre os investimentos previstos para este ano, a companhia quer melhorar a iluminação pública, principalmente em áreas com maiores índices de violência. O trabalho é desenvolvido em parceria com as secretarias de Obras e de Segurança Pública. “O principal objetivo é trazer segurança à população. Analisamos o mapa da violência e identificamos alguns locais, como porta de

hospitais e escolas noturnas. São locais que a comunidade frequenta e que podem ter mais segurança”, conta Edison Garcia.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 24/04/2019

Seção: Cidades

Autor:

Título: Vamos levar a CEB a um futuro promissor

Entrevista Edson Garcia Presidente da Ceb

Quais são as principais medidas do plano de negócios para melhorias financeiras e como ele impacta a população?

A CEB possui um endividamento elevado. Mas estamos trabalhando em um plano de negócios para reequacionar a dívida e, em um curto espaço de tempo, aumentar a receita e reduzir perdas. Vamos levar a CEB a um futuro promissor.

Como isso será feito?

A CEB distribuição tem corpo técnico dedicado, está em área geográfica especial, tem 1,1 milhão de clientes, com a maior renda de consumo do país, além de uma estrutura de ativos regulatórios positivo. Temos certeza de que, com a força de Brasília e com o trabalho que a gente vem desenvolvendo, vamos dar à CEB um futuro próspero.

Há bastante reclamações de moradores sobre interrupções no fornecimento de energia durante a chuva. Como melhorar os serviços da empresa?

O que aconteceu no domingo, na Asa Norte, e na segunda-feira, no Gama, foram movimentos atípicos. A CEB está preparada, dentro de seus planos emergenciais, para dar atenção a isso e corrigir os problemas. Temos equipe e estratégias que identificam corte de energia e acidentes. A equipe vai ao local, retira as árvores e reconecta os cabos. Porém, há perda de capacidade de atendimento quando há gatos pendurados nas redes de fornecimento normal. Se há planejamento regular e perda de energia por conexões clandestinas que abastecem outras comunidades, é natural que haja sobrecarga da rede e quedas.

Quais regiões são mais afetadas pelos gatos na rede?

São Sebastião tem uma grande concentração de ligações clandestinas. E temos no DF uma série de ocupações irregulares onde a gente tem dificuldade de fazer ligações. Queremos discutir esse ponto com as autoridades, com o Ministério Público, com autoridades regulatórias, para tentar regularizar a conexão de caráter precário. Os bairros estão consolidados, não foram regularizados, e não temos condição técnica e legal de fazer uma ligação. Às vezes, a comunidade quer pagar energia, quer ter a cidadania, quer ter conta de luz para apresentar em alguma instituição.

E que perdas essas ligações clandestinas geram?

A gente compra energia na CEB, ela é fornecida e não temos como arrecadar porque não há medição. Estimamos, em 2018, perdas que somam R\$ 200 milhões. As comunidades têm fornecimento e não temos como cobrar. Temos recebido visita de comunidades que querem energia de qualidade e temos dificuldade diante de interpretações de que companhia não pode fazer ligação de luz em área não regularizada.

Há novas previsões de reajustes de tarifa este ano?

É preciso deixar claro: a situação da dívida da companhia não tem nenhuma correlação com a tarifa de luz. A CEB não tem autonomia em definir a sua tarifa, quem define é a Aneel, agência que regula todos os procedimentos da CEB. O sistema de revisão tarifária se dá a cada cinco anos e, anualmente, há correção da inflação. A última revisão foi em 2016.

Este ano, com as chuvas, pode ser que continuemos com a bandeira verde?

É importante saber que apenas 14% da conta de luz se destina à CEB. O custo da energia é 40% e a transmissão dela, 6%. Ou seja, 60% da conta é geração e transporte. O resto é tributo e reserva técnica. Hoje, a CEB não recebe cerca de R\$ 400 milhões de venda de energia para consumidores, de empresas que deixaram de pagar porque foram à falência. Estamos estudando como recuperar essa energia não recebida. As pessoas acham que a Companhia pode deixar de cobrar luz e dar energia de graça, o que torna difícil de ter uma companhia lucrativa.

Como está hoje o uso do Lago Paranoá para uso de energia da CEB?

A CEB Geração detém a concessão da barragem e tem capacidade de gerar 30 Mega de energia. Não tenho registro de que o sistema da Caesb de retirada de água para captação tenha influenciado em algum efeito da barragem.

Como está a segurança da barragem hoje? Após o acidente em Brumadinho, houve receios de rompimento.

Temos tranquilidade quanto à estrutura física da barragem e novos estudos estão sendo feitos. Há um laudo feito em 2017 e que, após a tragédia de Brumadinho, foi revisado, confirmando que ela é segura.

Quando será concluído o projeto de iluminação de LED na cidade?

Com a Secretaria de Obras, estamos fazendo um programa, para os próximos quatro anos, de iluminação pública. O principal objetivo é trazer segurança à população. Analisamos o mapa da violência e identificamos alguns locais, como porta de hospitais e escolas noturnas. São locais que a comunidade frequenta e que podem ter mais segurança. O projeto de iluminação de LED prevê substituir a iluminação da cidade inteira. Já são 300 mil pontos. Hoje, com iluminação pública, gastamos R\$ 140 milhões. Essa nova fonte de energia deve reduzir o custo para cerca de R\$ 50 milhões por ano.

Como está o investimento da empresa em relação a novas fontes de energia?

Utilizamos o Programa de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento para esses estudos. A CEB, a Secretaria do Meio Ambiente, o SLU e a UnB fazem hoje uma pesquisa de resíduo sólido para geração de energia. O Lixão da Estrutural é fonte dessa pesquisa. Nele, temos uso de resíduos sólidos e energia fotovoltaica como alternativas para geração de energia. Temos condição de ter no DF o uso de 100% dos resíduos sólidos para geração de energia. É um estudo bem adiantado. Queremos que Brasília seja exemplo na utilização de resíduo sólido para geração de energia.

Que outras iniciativas estão em análise?

Também fizemos estudo para incentivar empresários que queiram investir na geração, por meio de placas fotovoltaicas que se conectam na rede de distribuição da CEB. Temos incentivo de residências que instalaram placas que geram energia de dia, fornecem à CEB e compensam com consumo à noite. Já temos 1.387 autorizados e 897 residências com esse consumo sendo feito.

E o projeto de gerar energia a partir da queima de podas de árvores?

Esse estudo começou no fim do ano passado. Hoje, essa poda é estocada nos canteiros da Novacap e é leiloada. O estudo é para usar a madeira dos galhos das árvores. Após ser processada e triturada, pode servir para ser queimada e

gerar energia. Pelo histórico de poda da Novacap, é possível fazer uma pequena usina e gerar 5 Mega. Isso é metade do que a barragem do Paranoá gera hoje.

MME / ASCOM .